

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PARECER N.º 330

Senhores Deputados. — A vossa comissão de finanças, tendo examinado a proposta de lei n.º 324-B, apresentada pelo Sr. Ministro das Finanças, com ela concorda plenamente, pelo que lhe dá todo o seu apoio e vos aconselha a sua aprovação.

É inegável que resulta da presente proposta aumento de despesa, mas são tam necessários, tam úteis e tam simpáticos os serviços, colectividades e instituições que vai beneficiar que certamente ninguêm lhe negará o seu voto.

Sala da comissão de finanças, em 24 de Junho de 1913

Inocêncio Camacho Rodrigues. Joaquim José de Oliveira. Francisco de Sales Ramos da Costa. Alfredo Rodrigues Gaspar. Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães.

Pela comissão do Orçamento:

Vitorino Máximo de Carvalho Guimardes.

## Proposta de lei n.º 324-B

Artigo 1.º É autorizado o Govêrno:  1) A alargar os serviços da Guarda Nacional Republicana, por forma que a respectiva despesa não exceda, alêm da quantia proposta, a de	d) Instalações de aquecimento nos hospitais do Estado. 4) A despender, em relação ao futuro ano de 1913-1914:  a) Com a instalação do novo Ministério de Instrução Pública, as verbas que para êle passarem do Ministério do Interior, e mais a importância de	0\$
com 88.000\$, 10.000\$ e 2.000\$, para	Ministério do Interior, e mais a importância de	
Este encargo é para levantamento dum empréstimo, numa ou mais parcelas, conforme mais convier ao Tesouro, e a juro não excedente a 5 por cento ao ano, para	tia de	
os seguintes destinos:  a) Construção do Manicómio  Bombarda e duma Maternidade de Lisboa;	de arte	0,5
b) Construção dum hospital de alienados em Coimbra; c) Auxílio para a remodelação e alargamento dos serviços do Hospital de S. Marcos,	A quantia necessária para juro e amortização do empréstimo de 150.000%, já autorizado por lei, para a construção do Liceu do Pôrto, não podendo a respec-	\^ #
de Braga; e	tiva anuldade exceder 10.00	JUψ

4	
b) Os encargos do empréstimo de 100.000\$\dagger da Misericórdia do Pôrto, no caso de ser convertida em lei a proposta da Câmara dos Deputados, na importância máxima de	7.500\$
, · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
No Ministério do Interior:	
Fundo Nacional de Assistên-	t
	0 = 1 = 0 =
cia Pública	67.450 <i>\$</i>
Importância correspondente à	
que, na receita, é avaliado	
o produto das propinas de	
inscrição, etc., devendo	
-laterage dec., develue	
abonar-se sómente a im-	•
portância que fôr arreca-	
dada	70.000\$
	10.000p
A aumentar, em obediência	
ao disposto no artigo 7.º	
da lei de 29 de Abril do	
corrente ano, as seguintes	
verbas:	,

${f D}$ espesas de $$	•
polícia pre-	
ventiva 43.500\$	
Impressos 1.000\$	44.500\$
7) A eliminar no orçamento do Ministé-	
rio do Interior, por passarem os res-	
pectivos serviços para o Ministério das	
Finanças, os seguintes artigos e cor-	•
respondentes verbas:	
37. Pessoal aposentado	
(professores de instru-	
ção primária) 3.758\$745	
38. Pessoal em disponi-	
· bilidade (professores	
de instrução primária) 77.152∯	
44. Subsídio do Estado	` <b></b>
à Caixa de Aposenta-	
ção, secção dos pro-	
fessores de instrução	
primária 65.000\$	145.9103745

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e do Interior, Afonso Costa = Rodrigo José Rodrigues.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR